



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570458 - SP (2020/0079333-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ADRIANA PANSICA
ADVOGADO : ADRIANA PANSICA - SP164806
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MICHAEL FRANCIS DA SILVA RISSI DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MICHAEL FRANCIS DA SILVA RISSI DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2000974-08.2020.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso temporariamente e denunciado pela prática do crime previsto art. 121, § 2º, incisos II, III, IV e VI c.c. § 2º-A, inciso I, e artigo 61, inciso II, alínea e, na forma do artigo 14, inciso II. A prisão foi convertida em preventiva.

Contra a decisão, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ fl. 13):

HABEAS CORPUS – Homicídio qualificado tentado, em contexto de violência doméstica, e cárcere privado – Excesso de prazo – Não ocorrência – Feito que segue seu trâmite regular – Inexistência de desídia a ser atribuída ao MM. Juízo a quo – Constrangimento ilegal não verificado – Ordem denegada, com determinação.

Na presente oportunidade, o impetrante alega que há excesso de prazo para formação da culpa, pois o paciente encontra-se preso há quase 1 ano, sem que a instrução tenha se encerrado. Expõe que a COVID-19, além de por em risco a vida dos presos, alonga ainda mais os prazos processuais. Ressalta que a gravidade do delito não é capaz de manter a segregação.

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente.

É o relatório, **decido**.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso ocorre porque eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional, sendo necessário aguardar a vinda de mais informações.

Ainda, afirmou o Tribunal (e-STJ fls. 17-19):

Em relação ao aventado excesso de prazo, de acordo com as informações prestadas pela autoridade impetrada, o inquérito policial foi instaurado por Portaria, visando à apuração de fatos ocorridos em 06.04.2019. Em 30.04.2019, a autoridade policial representou pela decretação da prisão temporária do paciente, a qual restou decretada em 02.05.2019, pelo prazo de 30 dias. Em 19.06.2019, o período da prisão foi prorrogado por mais 30 dias. Em 18.07.2019, o Ministério Público denunciou o paciente como incurso no art. 121, § 2º, II, III e VI, c.c. o § 2º-A, I, e art. 61, II, alínea “e”, na forma do art. 14, II, todos do Código Penal. Em 19.07.2019, a inicial foi recebida e, diante da representação da autoridade policial, foi decretada a prisão preventiva do acusado. Apresentada resposta à acusação na data de 12.08.2019, certificou-se, em 17.09.2019, que o paciente fora devidamente citado. Em 09.09.2019, foi designada audiência de instrução para o dia 09.12.2019, sendo, ademais, indeferido o pedido de revogação da prisão preventiva formulado pela defesa. Na audiência, foram inquiridas a vítima e 04 testemunhas.

O Parquet requereu o aditamento da exordial acusatória, a fim de denunciar o paciente como incurso, em concurso material de infrações, na forma do artigo 69 do Código Penal: a) no artigo 148, 1º, inciso I c.c. artigo 71, caput e b) no artigo 121, 2º, incisos II, III, IV e VI c.c. parágrafo 2º-A, inciso I e artigo 61, inciso II, alínea “e”, na forma do artigo 14, inciso II, todos do Código Penal.

A acusação insistiu na oitiva de 02 testemunhas, ao passo que a defesa, por seu turno, pugnou pelo não recebimento do aditamento e postulou a concessão de prazo de 05 dias, para a juntada de fotos do local e para arrolar mais testemunhas. O aditamento à denúncia foi então recebido e, assim, concedeu-se prazo para que as partes arrolassem até 03 testemunhas, sob pena de preclusão, nos termos do artigo 384, § 4º, do Código de Processo Penal. Por fim, foram deferidos os requerimentos da acusação, designando-se audiência de continuação para o dia 08.06.2020. Em 13.12.2019, o pleito defensivo de concessão da liberdade provisória foi indeferido e, na mesma data, foram apresentadas fotografias e o rol de testemunhas. Na data de 19.12.2019, foi determinado que as testemunhas arroladas pela defesa fossem cadastradas. Além disso, foi indeferido o pedido de relaxamento da prisão, formulado em favor do paciente, porquanto inalteradas as circunstâncias que ensejaram a decretação da custódia cautelar, sendo mantida a decisão que a decretou por seus próprios fundamentos. No

momento, aguarda-se a realização da audiência.

Como se vê, diante das informações aqui relatadas, o feito está em regular andamento, não se vislumbrando desídia por parte do Juízo de origem, que tem realizado todos os atos processuais dentro de um prazo razoável, em busca do esclarecimento dos fatos e da verdade real.

É certo que a ação penal deve observar o princípio da razoável duração do processo. Entretanto, o juízo de razoabilidade deve se pautar no caso concreto, e não apegar-se apenas à formalidade da norma.

Nesse sentido, as delongas capazes de evidenciar excesso de prazo e ensejar o relaxamento da prisão devem ser injustificadas, a denotar protelação por parte do Estado-juiz ou do Ministério Público, o que, frise-se, não ocorre no caso aqui em análise.

No caso vertente, não obstante os fundamentos apresentados na inicial, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar. Recomendo, entretanto, ao Juízo processante, que revise a necessidade da manutenção da prisão, nos termos do que determina o art. 316 do Código de Processo Penal, com as alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019, e que imprima celeridade no encerramento da ação penal.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator